

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA  
HABILITAÇÃO – BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SAMANDRA PAZ AZEVEDO

**A CULTURA DELAS:**  
ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE A PERSPECTIVA DE MENINAS E MULHERES  
QUILOMBOLAS ACERCA DOS CONCEITOS DE CULTURA E IDENTIDADE NEGRA  
VINCULADOS A AULAS DE DANÇA AFRO



PORTO ALEGRE  
2015

**SAMANDRA PAZ AZEVEDO**

***A CULTURA DELAS:***

ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE A PERSPECTIVA DE MENINAS E MULHERES  
QUILOMBOLAS ACERCA DOS CONCEITOS DE CULTURA E IDENTIDADE NEGRA  
VINCULADOS A AULAS DE DANÇA AFRO

Monografia apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Bacharel em Ciências  
Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Baptista da Silva

PORTO ALEGRE  
2015

### CIP - Catalogação na Publicação

AZEVEDO, SAMANDRA PAZ

A CULTURA DELAS: ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE A  
PERSPECTIVA DE MENINAS E MULHERES QUILOMBOLAS ACERCA  
DOS CONCEITOS DE CULTURA E IDENTIDADE NEGRA  
VINCULADOS A AULAS DE DANÇA AFRO / SAMANDRA PAZ  
AZEVEDO. -- 2015.

52 f.

Orientador: SERGIO BAPTISTA DA SILVA.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em  
Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Políticas de educação. 2. Quilombo. 3.  
Identidade. 4. Memória . 5. Dança afro. I. SILVA,  
SERGIO BAPTISTA DA, orient. II. Título.

*Dedico à minha filha, Sofia,  
que não existia no início deste (per)curso, mas,  
sem ela, esse desfecho,  
não seria possível.*

## AGRADECIMENTOS

Gratidão aos caminhos tortos da vida que tornam possíveis realizações que sozinhos não seríamos capazes de planejar.

À minha irmã Ananda, cujos questionamentos, que coexistem com o amor pela arte, me proporcionaram conhecer a Comunidade, quaisquer palavras para ti aqui seriam insuficientes frente aos esforços e motivações que impulsionastes nessa pesquisa. “Por amor às causas perdidas”.

A todos os professores inspiradores com os quais tive o prazer de aprender nesta trajetória perturbadora do curso de ciências sociais. Em especial ao Professor Sergio Baptista que de forma acolhedora me aceitou como sua orientanda e me encorajou a seguir este caminho. E à Professora Cornélia Eckert, que em três disciplinas e orientação em bolsa de iniciação científica me ensinou mais do que eu havia aprendido nos quatro anos precedentes do curso. Ao meu pai por ter sempre respeitado as escolhas e ensinado a responsabilidade de arcar com as consequências. A minha mãe pelo amparo, e pelo amor que dedica a minha filha. Não existe no mundo agradecimentos suficientes para uma mãe como a minha. À Cassandra pelo exemplo. Tua determinação na vida é fonte constante de inspiração.

A todos os colegas que tive a honra de conhecer nesta trajetória. De forma especial à Letícia Zat Vargas e à Giseli Lima sem vocês não sei se teria sobrevivido, mas tenho certeza de que não teria metade das lembranças felizes que compõe as imagens de memória desta faculdade. A toda equipe do Navisual que durante um ano fez parte da minha família. Em especial à Fabiela Bigossi e a Roberta Simon, não tenho palavras para descrever minha admiração e amor por vocês.

A Domicio Grillo, pelo apoio, amparo, motivação, escuta, solidariedade, pela inspiração, por todas as conversas intermináveis. Minha admiração por ti é inestimável. A tua presença, tua interlocução, e o teu parecer fazem parte da escrita deste trabalho.

A minha filha Sofia, que nesses três anos mudou absolutamente tudo, desde as entranhas do meu ser, cuja presença inspiradora e as ideias astutas me fazem melhor a cada dia. Sem ela esse trabalho e tudo o que sou e faço hoje não existiria.

Agradeço fundamentalmente à todas as pessoas que me acolheram na Comunidade Quilombola Rincão dos Caixões. À todas as meninas e mulheres cujos rostos, sorrisos e expectativas povoaram a minha mente nos momentos mais difíceis da travessia. Esse trabalho é nosso, e minha expectativa é que ele dê frutos para todas!

Palpitam-me  
os sons do batuque  
e os ritmos melancólicos do blue  
Ó negro esfarrapado do Harlem...  
ó dançarino de Chicago  
ó negro servidor do South  
Ó negro de África  
negros de todo o mundo  
eu junto ao vosso canto  
a minha pobre voz  
os meus humildes ritmos.  
Eu vos acompanho  
pelas emaranhadas áfricas  
do nosso Rumo  
Eu vos sinto  
negros de todo o mundo  
eu vivo a vossa Dor  
meus irmãos.

Voz de Sangue - António Agostinho Neto

## RESUMO

Este trabalho é um estudo etnográfico sobre o projeto cultural de dança afro desenvolvido junto a meninas e mulheres da Comunidade Quilombola Rincão dos Caixões, situada em Jacuizinho, noroeste do Rio Grande do Sul. A proposta é analisar a perspectiva desse grupo em relação ao projeto. Para tanto propõe-se situar a realidade da comunidade quilombola referida, estabelecendo relação com o contexto histórico das comunidades quilombolas no estado. Ponderando sobre as categorias de memória e identidade que se colocam no entremeio das relações estabelecidas, busca-se então o amparo de políticas de educação a serem efetivas em comunidades quilombolas no Brasil, com objetivo de refletir sobre os direitos a inclusão, memória e autonomia.

Palavras-chave: Políticas de educação. Quilombo. Identidade. Memória. Dança afro.

## LISTA DE IMAGENS

- Figura 1- Foto de capa. Tatiana em apresentação no Evento de encontro das comunidades quilombolas do noroeste do Rio Grande do Sul. 20/11/2015. Foto de minha autoria
- Figura 2. Localização do Município de Jacuizinho no mapa do Rio Grande do Sul, com ênfase na região norte do estado. Fonte: Google maps.....16
- Figura 3- Vista da beira do rio Caixão para o entorno de uma das casas na comunidade. 15/07/2015. Foto de minha autoria.....17
- Figura 4. Publicação do Jornal Acontece, de 26/ 11/ 2014.  
<http://jeacontece.com.br/?p=164077>.....24
- Figura 5. Folder de divulgação do encontro das comunidades quilombolas do noroeste do estado 2015.....24
- Figura 6. Recorte do mapa onde estão localizados os municípios de Jacuizinho, Salto do Jacuí e Arroio do Tigre. Fonte: Google Maps.....24
- Figura 7. Observação participante: Pintando Paola, 15/7/2015 Foto: Samuel Pretto.....33
- Figura 8. Conversa com as mulheres no acampamento. Foto de minha autoria.....35
- Figura 9. Entrevista com Dona Erocilda em sua casa. Foto de minha autoria.....35
- Figuras 10. Conversa com Dona Erocilda, com sua filha Fátima, e com as filhas dela Andreia e Adriana nos cantos esquerdo e direito. Foto de minha autoria.....35
- Figura 11. Entrevista com Tatiana no centro de Jacuizinho, em frente ao ginásio municipal. Foto de minha autoria.....36
- Figura 12. Entrevista com Carolina, Andrielle, Indiara, Shirlei, Vanessa, Camila (no chão) e Paola, da esquerda para a direita, na casa de Andréia. Foto de minha autoria.....36
- Figura 13. Salão paroquial na localidade Novo Horizonte. Jacuizinho/RS. Foto: Ananda Paz Azevedo.....40
- Figura 14. Ensaio do grupo Pérola Negra no salão. Foto de minha autoria.....40
- Figura 15. Quiléia, mãe de Carol, colocando turbante em sua cabeça, antes da apresentação para a comunidade, dia 17/07. Foto de minha autoria.....43
- Figura 16. Apresentação de 7 de setembro, semana da Pátria, ginásio de Jacuizinho. Foto de minha autoria.....46
- Figura 17. Apresentação em Espumoso em 14/12/2014. Foto de minha autoria.....46



## SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	9
2 – MEMÓRIA, IDENTIDADE E A PRESENÇA NEGRA NO RIO GRANDE DO SUL.....	11
3 – A COMUNIDADE QUILOMBOLA RINCÃO DOS CAIXÕES.....	16
4 – POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS.....	19
5 – A FORMAÇÃO DE REDES: A PRESENÇA DOS DIVERSOS AGENTES NAS AÇÕES REALIZADAS NA COMUNIDADE.....	23
6 – REFLEXÕES SOBRE O MÉTODO: ETNOGRAFIA E A PESQUISA COM IMAGENS.....	26
6.1 – ESTAR EM CAMPO.....	29
7 – O GRUPO PÉROLA NEGRA DE JACUIZINHO.....	39
7.1. – FIGURINO, COREOGRAFIAS E REPERTÓRIO.....	42
7.2. - ESPETACULARIZAÇÃO DA CULTURA AFRO.....	47
8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51

## 1. INTRODUÇÃO

Muitas idas e vindas aconteceram desde o despertar do meu interesse pela antropologia até o presente momento, a conclusão desta etapa na vida acadêmica e pessoal. No ano de 2006, com 17 anos, morei seis meses em Macau na China, atuando como bailarina em um grupo de danças, me deparei neste país pela primeira vez com o estranho, com o diferente e porque não dizer com os costumes exóticos de um outro povo, uma outra nação, uma outra cultura. Regressei desta experiência com outra visão de mundo e principalmente com a vontade de entender tais costumes, de compreender como era possível que houvessem pessoas tão diferentes. Tais questionamentos, e minha já antiga propensão para a área das ciências humanas, me impulsionaram a escolher cursar ciências sociais, em que a antropologia teve papel central nesta trajetória, e na qual este trabalho é parte conclusiva de uma etapa. Este trabalho, portanto, coroa uma longa caminhada na busca de entender o outro e, apesar de todos os desvios que teve, se encerra com o olhar voltado, não para o exterior, o estrangeiro, o distante, exótico, mas para dentro, para a manifestação de uma consciência étnica que, apesar de todos os silenciamentos que sofreu, tem ganhado força e se erguido no Rio Grande do Sul, o empoderamento das comunidades negras.

Para tanto está pesquisa volta-se para o estudo etnográfico de um grupo específico, buscando verificar quais elementos se articulam em um projeto de aulas de dança afro que acontece na Comunidade Quilombola Rincão dos Caixões – Jacuizinho/RS. Jacuizinho fica na região noroeste do Rio Grande do Sul, região que tem características particulares na formação étnica de sua população e onde a população negra também passa por trajetórias características, assunto abordado no capítulo seguinte. A comunidade Quilombola Rincão dos Caixões fica na zona rural de Jacuizinho, divisa com município de Tunas, a beira do Rio Caixão. É reconhecida no ano de 2006 pela Fundação Palmares. Composta por membros da família da matriarca Erocilda dos Santos, uma das principais interlocutoras nesta pesquisa, hoje com 87 anos. Netas e bisnetas de Dona Erocilda fazem parte desde 2013 do projeto mencionado, voltado ao ensino da dança afro para a comunidade. O projeto está situado em um grupo de atividades culturais propostas pela secretaria de Educação, Cultura e Desporto da prefeitura, cujo mote é oferecer oficinas diversas para os alunos das escolas municipais e estaduais no contra turno.

O universo desta pesquisa orbita nesta relação entre órgãos municipais e a comunidade. Procurando analisar como essa ação é desenvolvida pelos mediadores envolvidos e ainda, como é significada pela comunidade e, mais especificamente, pelas mulheres e meninas participantes. Tais questões revelam-se pertinentes sob a observação de que tal ação possa ser positivamente significativa no tocante das relações entre a comunidade e o restante da população da cidade. Relação essa marcada historicamente pela discriminação e pela percepção de um grupo em oposição ao outro: de um nós e um eles.

Partindo das categorias de memória e identidade pretendeu-se analisar como se dão as questões de autorreconhecimento deste grupo: de que maneira elas significam e resignificam as questões identitárias, impostas (ou não) pelos mecanismos de políticas públicas ou pressões externas. De que forma opera a memória trazida através da oralidade de seus ascendentes, tanto como as questões comunitárias, de solidariedade, unidade familiar e étnica, perpassam as camadas de significação individual. E ainda, de que modo as aulas de dança afro operam dialogicamente com as outras formas de se reconhecerem ou não como membros de uma comunidade étnica específica. Procurando focar a operacionalização dessas múltiplas categorias em comunhão com questões de autorreconhecimento e autoestima perante o outro ou os outros.

Essas questões colocam-se quando sabemos que, para além da relação da comunidade com o restante da população municipal ter sido marcada pelo desentendimento, em uma perspectiva histórica, também sabemos que as crianças e os jovens da comunidade estudam em escolas comuns do município. Fato que marca um outro tipo de relação dessas novas gerações com o outro, e dá margem para um maior ou menor reconhecimento de si em oposição ao outro, de maior ou menor desejo de pertencimento a uma comunidade étnica. Tais situações emblemáticas mostram-se relevantes pelas suas influências na preservação da coesão do grupo e da continuidade da comunidade.

Neste contexto procuro também analisar as questões previstas em políticas de educação quilombola, fazendo um paralelo entre os ideais ou diretrizes destas políticas e as questões encontradas em campo, que estão estreitamente ligadas à educação.

## 2. PRESENÇA NEGRA NO RIO GRANDE DO SUL, MEMÓRIA E IDENTIDADE.

A ocupação do Rio Grande do Sul se deu em fases e momentos distintos. Com a ocupação luso-brasileira, em meados do século XVIII, é trazido também um contingente de escravos. A economia, nesta época, estrutura-se em torno das estâncias da região pampeana - onde a pecuária é a principal atividade – e, já no século XIX, das charqueadas no sul e sudeste, que, ao desenrolar do período, movimentam financeiramente o estado, fundamentam a organização social, cuja principal característica está nos desdobramentos que a ampla utilização de mão de obra escrava proporciona. A região metropolitana também começa e se desenvolver com rapidez, em torno de indústrias e comércio. No entanto, é o campo que se destaca como lugar de geração de riquezas e movimentação do demais núcleos produtivos, que se proliferam no estado ou motivam empreendimentos comerciais e industriais nos centros urbanos. Este período teve seu ápice e decadência durante o século XIX. Com a abolição da escravidão e o novo advento dos frigoríficos, as charqueadas acabam no início do século XX. No entanto, pesquisas recentes (RUBERT, 2009) descortinam a realidade econômica do modelo desenvolvido no norte e centro do estado até a abolição, demonstrando que a ampla utilização de mão de obra escrava utilizada na produção de erva mate, nas produções agropecuárias de modo geral e também nas constituições dos núcleos urbanos dessa região que vieram, com o passar do tempo, a se tornar significativos centros de comércio e indústria do estado, fundamenta em parte as desigualdades facilmente observáveis entre as classes sociais e a constituição étnica da população mais vulnerável. O incentivo a imigração italiana e alemã no decorrer do século XIX e início do século XX gerou disputas territoriais, que punha em conflito negros, caboclos e indígenas (Guaranis e Kaigangs) com os novos imigrantes, que foram favorecidos neste processo. Disputas essas que desenrolaram em expropriações, fortalecidas pelo advento da modernização da agricultura na segunda metade do século XX.

A presença negra no Estado do Rio Grande do Sul foi invisibilizada pela história oficial ao longo dos anos. A imagem do estado como a parte fundamentalmente branca, de origem europeia, do Brasil, tem sido desconstruída, principalmente nos últimos vinte anos, como resultado de lutas dos movimentos negros e indígenas, alianças entre movimentos impulsionadas pela Constituição Federal de 1988 e dos movimentos pela reforma agrária. Pesquisas acadêmicas ao longo das últimas décadas têm desvendado e lançado a público dados históricos e sociais que contradizem a imagem do Rio Grande do Sul iminentemente

como colônia Italiana e Alemã. Têm revelado a história mais completa, íntegra e justa sobre a diversidade étnica dos povos responsáveis pela formação da população rio-grandense.

As repercussões do Artigo 68 da Constituição Federal (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) no RS ensejaram um primeiro levantamento dos territórios negros com possibilidades de auto-identificação como remanescentes de quilombos, empreendido no ano de 1995 pelo Núcleo de Estudos Sobre Identidades e Relações Interétnicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Esses levantamentos, associados a intervenções políticas de organizações da sociedade civil, especialmente o Movimento Negro, resultou na introdução de alguns pleitos das comunidades na agenda político-administrativa de órgãos públicos estaduais e federais. (RUBERT, 2009, p.166)

O mito da democracia racial no Brasil não condiz com a realidade enfrentada pela população negra desde a abolição da escravidão, vítima de exclusão e falta de oportunidades. Nos últimos trinta anos, particularmente desde fins dos anos 70, em consequência de uma gradual abertura política após 20 anos de ditadura militar, foi possível que emergissem diversos movimentos sociais em prol do reconhecimento de direitos humanos e civis, entre eles o movimento negro, que ressurgiu de forma organizada e coesa apesar dos silenciamentos e represálias que havia sofrido nas décadas de 30 e 60. Destaca-se aqui o nome de Abdias do Nascimento como um dos expoentes do movimento. Abdias lança, em 1980, um livro intitulado Quilombismo, onde redefini o conceito de quilombo, delimitado até então nos termos de comunidade rural fundada por escravos fugidos, estabelecida como esconderijo. Problematiza essa definição e lança mão do conceito como um termo fundamental para definir os atos de resistência negra em face da escravização. Atos esses que permearam todo o período escravista e, também pós-escravista, que muitas vezes objetivavam não só a sobrevivência e a libertação, mas a busca pelos direitos fundamentais à família, à solidariedade, à cultura, à liberdade religiosa, aos laços afetivos e assim por diante. Redefinindo o conceito de quilombo, Abdias abre então possibilidades para que as lutas dos movimentos negros possam ampliar suas reivindicações em termos de legislação, perante o poder público, e obter algumas conquistas no que tange direitos de reparação e justiça.

A gênese desses territórios aponta para um complexo conjunto de estratégias de territorialização: o tradicional esconderijo/refúgio; doação testamental por parte do antigo(a) senhor(a)/estancieiro(a); compra com pagamento não só em dinheiro, mas também com trabalho e/ou outros bens, especialmente gado; simples apossamento de terrenos impróprios às atividades produtivas dominantes; recompensa por participação em revoluções. Tais estratégias de territorialização não são mutuamente excludentes e ocorreram sob a

égide de intrincadas relações entre dependência e antagonismo por parte das famílias negras para com os setores com os quais interagem e ainda interagem. (RUBERT, 2009, p. 169)

As comunidades negras que se constituíram na área rural do estado do Rio Grande do Sul têm características peculiares se comparadas com comunidades de outras partes do Brasil. No planalto médio, a proximidade com comunidades de origem italiana e alemã e as imbricadas relações que se estabelecem aí, a opressão porque passaram, deixaram poucas brechas para que pudessem se constituir enquanto espaços de liberdade. Dificultando a preservação cultural, a liberdade religiosa e a autonomia econômica. Para além deste fato, a disputa territorial e as expropriações também acabam por alimentar o êxodo rural e a necessidade de oferecer mão de obra para propriedades vizinhas. Em consequência do relativo isolamento das comunidades, das atividades intensas do trabalho do campo e do embate cultural entre essas comunidades, geralmente ilhadas em territórios majoritariamente ocupados por descendentes de imigrantes italianos e alemães, são reduzidos os espaços para a preservação e o diálogo com aspectos da cultura de matriz africana ou afro-brasileira.

Os estudos realizados nas últimas duas décadas no RS apontam claramente para situações diferenciadas de inserção das comunidades negras nas sociedades locais, em razão tanto da especificidade econômico-produtiva de cada região onde estão localizadas, quanto das fronteiras simbólico-políticas negociadas com outros segmentos étnicos com os quais interagem cotidianamente. (RUBERT, 2009, p. 170)

As categorias memória e identidade, elementos constituintes dos estudos das ciências humanas (VENSON; PEDRO, 2012, p. 125), tornam-se centrais ao procuramos neste trabalho princípios norteadores para entendermos os desdobramentos que o reconhecimento dessas territorialidades impulsionam, tanto junto as comunidades, como nos contextos administrativos e regionais face às novas configurações. Abordamos, no entanto, enquanto categorias capazes construções de subjetividades, afastando de buscar a memória enquanto relato fidedigno de um passado ou uma busca pela verdade e adotando a postura de uma etnografia da duração, desenvolvida por Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha, considerando aqui a memória como recurso de sentido ou significação do presente.

Em todas as culturas a noção de duração é uma experiência igualmente individual e coletiva, apontando para a diversidade de representações, sociais e coletivas, das formas de descontinuidades das suas experiências vividas sobre as quais apreendemos a

ritmicidade dos seus tempos pensados. Nesta modalidade de se focar o fenômeno da memória, o passado não é necessariamente antagônico ao presente, ao contrário, eles superpõem-se ritmicamente e, num processo ondulatório, ao ponto da sua consolidação, deixam a descoberto a matéria de suas lembranças. (ECKERT; ROCHA, 2000, p. 13)

Destarte, neste trabalho a questão da posição do negro e seu espaço no Rio Grande do Sul delimitam as fronteiras e norteiam os rumos, torna-se central encontrar os espaços de auto identificação que perpassam a memória, não como uma reconstrução do passado, mas como uma significação do presente na sempre constante relação com o outro.

Nosso eu interior descobre seu lugar no mundo ao participar da identidade de uma coletividade. Toda identidade é concretizada por meio da participação na cultura. (ECKERT; ROCHA, 2013, p. 229)

Por tanto, aqui consideramos o conceito de memória para abordarmos, não o passado, mas o presente. Ao trabalharmos questões de identidade e identificação étnica perpassamos automaticamente a memória, essa memória que é construída no presente, como meio de torna-lo legítimo, de atribuir sentido a ele. A memória com a qual se deparou na etnografia traz relatos de suor e luta e não de beleza e dança, entretanto, tais narrativas evidenciam os laços e esses remetem a noção de unidade, tanto em relação ao território quanto aos laços de parentesco, de vizinhança, de trabalho e também a noção de oposição, de demarcações simbólicas entre si e outro onde se manifestam as relações de poder. A identidade por tanto também é constituída na relação na identificação com o semelhante e consequente oposição ao outro. Através das inflexões da obra de Franz Fanon em *Pele Negra, Máscaras brancas* (2008) e de Homi Bhabha em *Interrogando a Identidade - Frantz Fanon e a prerrogativa pós-colonial* (1998), pretende-se abordar não só a categoria identidade, mas identidade negra. Sob essa perspectiva procura-se ir além da abordagem da identidade como construção de subjetividade e de sentido, e sim de uma identidade que é construída historicamente não só em oposição ao outro, mas das relações de superioridade e inferioridade inscritas nestas construções sócio históricas, evidenciadas no seguinte relato:

Eu tinha de olhar o homem branco nos olhos. Um peso desconhecido me oprimia. No mundo branco o homem de cor encontra dificuldades no desenvolvimento de seu esquema corporal... Eu era atacado por tantãs, canibalismo, deficiência intelectual, fetichismo, deficiências raciais... Transporte-me para bem longe de minha própria presença... O que mais me restava senão uma amputação,

uma excisão, uma hemorragia que me manchava todo o corpo de sangue negro. (FANON, 2008, p. 111)

Fanon e Bhabha, a partir dessas duas obras, somadas à obra de Neusa Santos Souza, *Tornar-se Negro (1987)*, fazem-se centrais para pensarmos sobre a questão da identidade negra e identidade colonizada, considerando o aspecto de que tal identidade não existe senão na relação com o branco. Identidade que é construída na diáspora, no navio negreiro, perante o colonizador na África, e se repete nos territórios negros pelo mundo diante do olhar do branco, aqui adotando a ideia de um pan-africanismo, onde existe uma unidade entre os negros de todo o mundo que se dá sempre na relação com o branco.





Neste interim, entre o estabelecimento de Dona Erocilda com o marido e filhos, e os dias de hoje, ocorreram diversas mudanças de proprietários do entorno. Gerando, com o passar do tempo, um crescente de conflitos dos proprietários com a comunidade. O que culmina com a denúncia da comunidade junto ao Ministério Público sobre condições prejudiciais ao meio ambiente e, por consequência, à comunidade, ocasionadas pelo cultivo da agricultura intensiva nos arredores e uso abundante de agrotóxicos. Esta denúncia, somada às ações do programa RS Rural que tem início em 2003, impulsiona o processo do reconhecimento oficial e demarcação da área remanescente de quilombo, que é finalizado em 2010. O fato, em contrapartida possibilita à comunidade o conhecimento e a exigência pelo cumprimento de demandas e direitos específicos, tais como a reivindicação pelo território, reconhecido e demarcado, onde hoje se encontra um acampamento, meio pelo qual exigem que seja concluído o processo de titulação das terras de direito da comunidade, mas que encontra barreiras com proprietário e vizinho. Da titulação depende o retorno de 23 das 35 famílias que fazem parte da comunidade e que estão estabelecidas nos municípios vizinhos ou em áreas mais afastadas no estado e na região metropolitana de Porto Alegre.



*Figura 3- Vista da beira do rio Caixão para o entorno de uma das casas na comunidade. Ao fundo, casal de primos de três anos me mirando com arminhas feitas de pedaços de pau. 15/07/2015*

As 11 famílias que permanecem vivendo nos dois hectares, nos quais está hoje comprimida a comunidade, à beira do Rio Caixão. Vivem do cultivo de pequenas roças, criação de alguns animais, de auxílios do governo federal através do programa Bolsa Família e da complementação com o recebimento de cestas básicas. Ao mesmo tempo em que também se articulam alguns outros espaços e programas no atendimento a demandas específicas da comunidade, tema abordado em capítulo posterior.

#### 4 - POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS

*Que jamais o instrumento domine o homem. Que cesse para sempre a servidão do homem pelo homem. Ou seja, de mim por um outro. Que me seja permitido descobrir e querer bem ao homem, onde quer que ele se encontre.*  
(FANON, 2008, p. 191)

Este capítulo pretende abordar as políticas públicas de educação em comunidades quilombolas, não de forma desarticulada com a pesquisa etnográfica realizada, a pesar de não existir no contexto da comunidade a aplicação desta política. Entretanto a reflexão sobre este ponto importa para pensarmos a carência de articulação entre o projeto de aulas de dança afro ofertado para a comunidade e o conhecimento necessário para uma abordagem mais completa da dança como ferramenta que vincule a comunidade às suas próprias raízes e às tradições do negro no Rio Grande do sul. Ampliando a visão da cultura negra populariza e difundida nos meios de comunicação, que remetem principalmente a cultura popular da Bahia ou a uma idealização da cultura africana ou de uma cultura única, desconsiderando a diversidade de práticas, trajetórias e religiosidades, que principalmente no Rio Grande do Sul, há muito são híbridas.

Para abordarmos as questões de políticas ligadas à educação em comunidades quilombolas é preciso reunir dois pontos distintos que fazem parte de um mesmo contexto positivo, fruto das pressões dos movimentos civis negros sobre a esfera política: A lei n 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", a saber:

Art. 1 A Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. o§ 1 O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. o§ 2 Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. o§ 3 (VETADO)" "Art. 79-A. (VETADO)" "Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182 da Independência e 115 da República.  
Luiz Inácio Lula Da Silva, Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

O segundo ponto, que vem somar no atendimento das demandas urgentes das comunidades quilombolas brasileiras, é a criação, em 2013, do programa Brasil Quilombola, coordenado pela SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial), atuando através de ações descentralizadas, vem a somar na operacionalização das discussões acerca da educação quilombola, que a partir das deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010), estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, em 2012.

A educação quilombola é compreendida como um processo amplo - que inclui a família, a convivência com os outros, as relações de trabalho e com o sagrado e as vivências nas escolas, nos movimentos sociais e em outras organizações da comunidade. Assim, compreende-se a educação como um processo que faz parte da humanidade e está presente em toda e qualquer sociedade, e a escolarização é um recorte do processo educativo mais amplo. (SILVA, 2013, p. 7)

Mais do que pensar em garantir o ensino que contemple a trajetória histórica do negro no Brasil é necessário repensar a própria estrutura escolar, baseada na formação intelectual que esquece que o aprendizado se dá pela ação e incorporação dos saberes. Neste tópico é necessário que a educação formal não só ensine as culturas tradicionais mas aprenda com elas. E garantir a integração da prática, não só interdisciplinar, de forma transversal, mas entre corpo e mente. Uma verdadeira incorporação do ensino sobre as comunidades tradicionais do Brasil não passaria apenas pelo material didático, mas integraria as comunidades na escola, absorvendo seus membros, seus conhecimentos, e mais, absorvendo as práticas como essenciais ao aprendizado. Dessa forma, as instituições escolares contribuiriam para o fortalecimento dos laços entre as gerações mais velhas e mais jovens, laços esses que justamente a escola na sua atual configuração, ajuda a romper, desgarrando as gerações jovens das práticas e dos vínculos comunitários, promovendo o afastamento e enfraquecimento das identidades coletivas. Aqui pensando que o fortalecimento da identidade coletiva positivada pelo conhecimento de uma histórica trajetória de luta e de pertença a um povo, uma unidade, coopera para a reversão e a desconstrução da identidade negra colonizada, enfraquecida e estigmatizada perante o branco, como nos escancara Fanon (2008).

Pensar em uma educação quilombola hoje é também incluir e pensar mais ampla e historicamente acerca das reflexões sobre educação no Brasil e sua contribuição no atual contexto. Os preceitos que regem o ideal de uma educação quilombola perpassam os ideais Anísio Teixeira (1994) de uma educação pública e integral, de Paulo Freire (1987) de uma educação popular e libertária e sobre a teoria de Florestan Fernandes (1959), sobre a contribuição que a sociologia e antropologia podem oferecer à educação. Esses autores já abordavam a emergência da necessidade de uma educação que contemplasse a diversidade da população brasileira e servisse como instrumento de emancipação social.

Na perspectiva de implementar na escola uma proposta educacional que inclua a diversidade, o Ministro da Educação afirma que “promover a história e a cultura afro-brasileira na escola é, portanto, uma medida voltada a garantir o direito constitucional de nossas crianças e jovens a uma educação de qualidade para todos. Ela não diz respeito apenas às populações negras, mas promove a integração de todos os que frequentam o ambiente escolar” (SILVA, 2013, p. 15)

Os instrumentos legais e teóricos para que se estabeleça uma estrutura escolar quilombola, que atenda as demandas quilombolas, podem ser articuladas de modo a promover a consciência da importância histórica desta população; a fornecer as bases para a valorização dos saberes, práticas e da diversidade cultural negra; contribuindo para a formação integral da população como um todo, desestruturando as bases colonialistas sobre a qual se assenta o alicerce da educação formal atual, que fortalece e contribui para a manutenção de ideologias racistas. Apesar dos aparatos legais contemplarem a formação de escolas quilombolas, essa demanda ainda é pouco atendida (SILVA, 2013). No Rio Grande do Sul, apesar da escassez de dados quantitativos e qualitativos sobre escolas quilombolas, algumas pesquisas (PARÉ et. al., 2007) mostram que ainda são poucas. Quando existem, as condições são precárias não somente em estrutura física, mas principalmente no que tange a formação dos professores, gestores, e a integração entre a comunidade e a escola, premissa básica para a qualidade e a realização principal da função da escola quilombola, que é garantir a valorização da história e da cultura local. A falta de mecanismos institucionais que atendam a necessidade de uma formação continuada direcionada a disponibilizar os conhecimentos teóricos e acadêmicos aos professores que já atuam em locais que atendem alunos oriundos de comunidades quilombolas no estado, constitui a principal barreira para que seja efetivado o direito à cidadania plena, objetivada pelas leis e dispositivos já citados.

As diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola contemplam que seja prioritário que o quadro de professores seja formado por professores e professoras oriundos das próprias comunidades. A dificuldade que surge daí é que a maioria dos adultos dessas comunidades não completaram a formação na educação básica. Em uma conversa com uma integrante da comunidade pesquisada, ela falou sobre o programa BB educar quilombola, desenvolvido na comunidade durante 2010, financiado pelo Banco do Brasil, que objetiva a alfabetização de adultos nas comunidades e oferece atividade de formação para que os próprios membros da comunidade atuem como professores. No relato, minha interlocutora informou que tinha interesse em atuar como professora neste projeto, mas foi excluída em detrimento de outra pessoa que tinha uma formação formal superior à dela, embora, segundo o relato, tivesse menos interesse, menos experiência e que o desempenho final, na sua visão, não tenha sido satisfatório. Ela ainda acrescenta que a barreira de não ter concluído o ensino fundamental se apresenta em múltiplas situações como impossibilidade de desempenhar diversas funções, não pela falta de conhecimentos gerais e locais, articulação, capacidade intelectual e de comunicação (observação minha), mas pela carência do diploma. Refletindo acerca deste fato podemos pensar que a efetivação dos ideais de uma educação quilombola, que atendesse a premissa de gerar emprego local aliada a contemplação de integração das gerações, poderia passar pela oferta de qualificação profissional das mulheres interessadas na comunidade, prevendo outros meios de seleção que não os da educação formal e da exigência de diploma do ensino básico, aos quais essas pessoas foram historicamente privadas. Ou de programas mais efetivos e flexíveis que dessem conta da multiplicidade das questões sociais e econômicas dessa população, para garantir o direito à educação de jovens e adultos.

## 5 – A FORMAÇÃO DE REDES: A PRESENÇA DOS DIVERSOS AGENTES NAS AÇÕES REALIZADAS NA COMUNIDADE

*Se há uma verdade é que a verdade está em jogo nas lutas  
pela verdade e a ciência nada pode fazer  
senão tentar estabelecer a verdade dessas  
lutas pela verdade.*  
(BOURDIEU, 1998, p.293-294)

Comunidades remanescentes de quilombos, tanto quanto comunidades indígenas, têm ganhado espaço em políticas públicas na última década como um resultado lento e nem sempre linear das lutas empreendidas ao longo da história e que ganharam alguns espaços importantes na constituição federal de 1988. Dentre estas conquistas figura o artigo 68 que determina a titulação das terras ocupadas pelas comunidades remanescentes de quilombo que estejam ocupando seus territórios. Deste avanço advêm uma série de desdobramentos que se fazem necessários para que se efetive este direito. O programa RS Rural, fruto da parceria do governo do Estado com o Banco Mundial, articula uma série de ações destinadas ao combate da pobreza rural com foco nas comunidades tradicionais. Através desse programa, a Emater de Jacuizinho recebe recursos e atua na linha de frente na aplicação de questionários que culminam, em 2006, com a certificação da Fundação Palmares de reconhecimento da comunidade quilombola. Os recursos recebidos são destinados à construção e reforma de moradias, aquisição de animais, construção de hortas e pomares.

A partir de 2011, a Emater Jacuizinho firma parceria com a Rede Caritas – Organização internacional de rede de solidariedade da Igreja Católica – que se organiza em torno de unidades regionais. Esta parceria se desenvolve através de microprojetos a que são destinados recursos específicos para a sua realização. Alguns dos projetos desenvolvidos resultaram na construção de uma horta comunitária e na aquisição de fornos para panificação juntamente a cursos de capacitação junto a mulheres da comunidade na confecção de bolachas, pães e produtos “coloniais”. Outro fruto desta parceria e do apoio da Unicruz – Universidade de Cruz Alta – é a realização do encontro anual de comunidades Quilombolas da região, que é realizado desde 2013, em 20 de novembro, dia da Consciência Negra. O objetivo inicial era reunir três comunidades ligadas por relações de parentesco à rede familiar de Dona Erocilda: a comunidade Júlio Borges, do município de Salto do Jacuí, a comunidade Rincão dos Caixões, de Jacuizinho, e a Comunidade Sítio Novo/Linha do Fão, de Arroio do Tigre.





Figura 4. Publicação do Jornal Acontece de 26 de novembro de 2014. <http://jeacontece.com.br/?p=164077>



Figura 5. Folder de divulgação do evento em 2015

Tais encontros e, em especial o último, ocorrido em 21 de novembro de 2015, do qual participei enquanto observadora e o qual posso analisar mais profundamente, sugerem uma série de reflexões a respeito das relações mantidas entre os agentes externos e a comunidade. O evento ocorreu pelo segundo ano consecutivo na Comunidade Quilombola de Júlio Borges, no município de Salto do Jacuí. Inicialmente, em razão de ser o terceiro encontro, e dos dois anteriores terem ocorrido respectivamente na comunidade Rincão dos Caixões e Júlio Borges o terceiro realizar-se-ia na comunidade de Linha do Fão. Entretanto o fato de Arroio do Tigre situar-se uma microrregião fora dos limites da região de Cruz Alta, a qual compete a gestão dos projetos da Caritas de Cruz Alta que promove a organização do evento, a realização nessa comunidade ficou impossibilitada. Até dois meses antes do evento o planejamento girava em torno da realização na comunidade de Jacuizinho, entretanto, o salão comunitário que está sendo construído na comunidade não ficou pronto e a programação foi modificada em função da comunidade sede voltar a ser Júlio Borges, como no ano anterior.

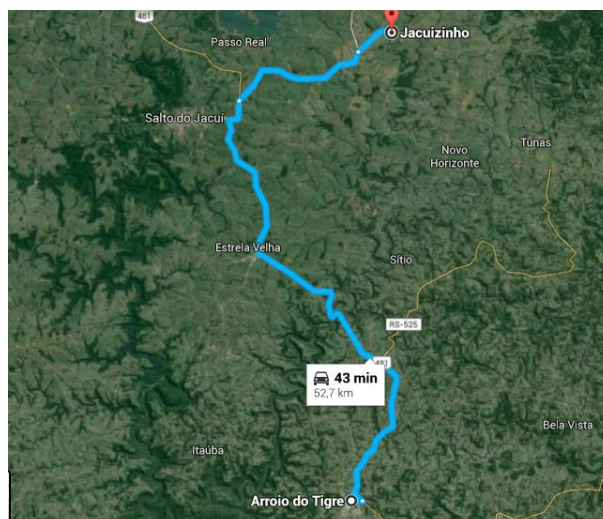


Figura 6. Recorte do mapa onde estão localizados os municípios de Jacuizinho, Salto do Jacuí e Arroio do Tigre. Fonte: Google maps.

A programação do evento foi elaborada pela organização da Caritas em parceria com a Unicruz e contou com uma mesa redonda onde apresentaram trabalhos e palestraram dois integrantes de organizações do movimento negro, uma antropóloga e a representante da Unicruz. Foram feitas apresentações dos grupos de dança das comunidades Rincão dos Caixões e Júlio Borges e uma atividade onde a organização dividiu o público presente para participarem de mini oficinas sobre temas relacionados com identidade negra.

Essa estrutura de organização vertical observada na organização do evento e na programação de diferentes atividades, onde não houve representação ou participação ativa dos membros das comunidades, tanto na escolha do local quanto na estrutura de palestras e oficinas, se repete nas diversas esferas de interação já citadas. Conforme Bourdieu (1998), o espaço de interação funciona demarcando determinados poderes simbólicos que podem ser percebidos através da composição social previamente estabelecida. Deste modo, para compreender o que pode ou não ser dito no palco é preciso saber quem é excluído. A censura mais radical é a ausência (BOURDIEU, 1998, p. 55).

Para empreender uma análise é preciso considerar as taxas de representação das diferentes categorias, logo, as probabilidades de acesso à palavra. O fato de, nas esferas de decisão - seja na organização do evento, palestras, oficinas ou nos projetos desenvolvidos junto à comunidade, como por exemplo, a destinação de verba para aquisição de equipamento de panificação sem que houvesse um espaço para desenvolvimento de tais atividades - não haver espaço em que as demandas da comunidade sejam ouvidas, demonstra que as relações entre a rede de agentes externos e a comunidade constituem-se enquanto relações de poder. Este fato se repete também na formação e gerenciamento do grupo de dança formado na comunidade, que será abordado adiante, e nos interessa enquanto possibilidade de análise das estratégias e ressignificações encontradas pelos membros da comunidade na apropriação de tais mecanismos enquanto possibilidades de reverter os modos de dominação a seu favor.

## 6 – REFLEXÕES SOBRE O MÉTODO: ETNOGRAFIA E A PESQUISA COM IMAGENS

*“... enfocar nos “filmes de memória” para além da mera descrição dos signos exteriores evocados pelas lembranças, segundo o estatuto estéril de conteúdos subjetivos, quase sensoriais, isto é, como interpretações indispensáveis à compreensão de narrativas inteligentes acerca do mundo, é, alias, a nosso ver, a riqueza de se pensar uma etnografia “de ideias” com base em registros audiovisuais. Considera-se aqui que toda a lógica do próprio pensamento não escapa às formas simbólicas produzidas pelas culturas humanas.”*  
(ECKERT; ROCHA, 2000, p. 47-48)

A realização desta pesquisa embora se apresentasse enquanto uma confluência de interesses pessoais, teóricos, acadêmicos e sociais de minha parte, também se constituiu enquanto um desafio. Primeiramente por se tratar de uma pesquisa em que a primeira informante, porta para a sua realização, além de ser um dos agentes no campo de disputas em torno de significados, era minha irmã. Permeada de insegurança e dúvidas quanto aos métodos necessários para lidar teoricamente com tal situação, iniciei a reflexão sobre a possibilidade de realização, ainda de forma ingênua, pois embora soubesse se tratar de um terreno complexo, não tinha a exata dimensão dos conflitos e tensões que encontraria.

Entretanto, ao passo que o desenrolar das “expedições a campo” desvendavam as tensões, as leituras teóricas também se aprofundavam e passei a adotar certas estratégias, para sobrevivência da pesquisa, que passaram a consistir em uma reserva de informações de minha parte, que não podiam, na convivência com Ananda durante esses meses, serem reveladas, sob o risco de manipulação dos resultados finais da análise. E onde também, e dessa vez de forma positiva, nossa ligação se tornou um meio de convivência mais contínua com o campo, mesmo eu não estando lá, com as devidas ressalvas da parcialidade das informações. Eu estava consciente da impossibilidade da neutralidade da presença do pesquisador em campo, mas também de que meu parentesco com uma das “partes” podia, sem o cuidado necessário, influenciar o exercício reflexivo em torno dos conflitos de interesses existentes. Esta posição, entretanto, desde o início e no desenrolar de toda a experiência com a comunidade, significou, em primeiro lugar, uma expectativa positiva imediata em relação a minha presença, e em segundo, uma certa rapidez na formação de laços afetivos com minhas (ampla maioria de mulheres) interlocutoras de pesquisa.

O exercício mais significativo, entretanto, orbita em torno das questões éticas. A exposição de determinadas informações são, ou não, relevantes para que o leitor entenda

determinadas consequências das tensões e disputas por significados engendradas em meio a redes das relações estabelecidas entre agentes em diferentes posições simbólicas de dominação? Se sim, de que maneira expô-las sem que ferir a confiança em mim depositada por esses mesmos agentes e também sem reforçar certos estereótipos já existentes nestes mesmos campos de disputas? A resposta se solidifica de mãos dadas com a orientação teórico conceitual, ao mesmo tempo que, de forma mais ou menos intuitiva, a responsabilidade ética delimita alguns conteúdos a serem expostos, no intento de resolver, através da escrita, lacunas que possam deixar a omissão de informações. Pois o outro desafio que esta pesquisa representa é por lidar com a manipulação não somente de imagens, mas de imagens de meninas, que apesar do conhecimento e autorização do país, aumenta a responsabilidade em torno da forma com a qual lidar com as informações, sejam elas narradas ou impressas em imagens. Este desafio pretende ser superado considerando as relações de confiança e afetividade desenvolvidas ao longo deste trabalho.

Minha ligação com o Núcleo de Antropologia Visual<sup>1</sup>, do qual fiz parte como bolsista de iniciação científica durante o ano de 2014, e a oficina de vídeo etnográfico desenvolvida no núcleo, da qual participei durante o primeiro semestre de 2015, norteou a metodologia de pesquisa. A produção de imagens enquanto instrumento antropológico, desde a inserção em campo até uma maior proximidade com os interlocutores, não objetiva demonstrar a presença em campo ou complementar a etnografia ou os dados obtidos. Ela própria é parte da etnografia – tal qual o diário de campo – é material de análise, de posicionamento ante as interlocutoras, de reconhecimento perante elas, exige a mediação do bom senso, quando e porque filmar/fotografar? Norteia e denuncia o olhar da etnógrafa tanto quanto pode inibir ou incentivar as interlocutoras, tendo este trabalho passado tanto por uma, quanto pela outra situação. Ocasionalmente reflexão sobre posicionamentos tanto metodológicos quanto éticos nesta pesquisa. A produção de imagens é sempre uma interpretação, o ato de captação está sempre mediado por uma visão de mundo e uma intenção. Segundo Cornélia Eckert e Ana L. C. da Rocha (2004), a técnica de registro documental de fatos, eventos e acontecimentos sociais por meios tecnológicos cada vez mais sofisticados (...) tem revelado ao homem moderno a sua capacidade de desvendar mundos sensíveis que antes não eram percebidos (2004, p. 10). A partir de tais considerações, sustento que a pesquisa com imagens

---

<sup>1</sup> Navisual, situado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

possibilitou então um olhar e uma relação que em momentos orienta o olhar em outros legítima a presença da pesquisadora.

A etnografia se revela, neste cenário, como meio capaz de revelar os meandros da bagagem de informações que obtive antes de ir a campo. Algumas informações remetiam às primeiras conversas com Ananda, outras foram se constituindo quando cheguei a cidade de Jacuizinho e tive oportunidade de conhecer alguns dos agentes da assistência social, da Secretaria de Educação e de Cultura. As relações de parentesco são tratadas com certa incompreensão, sendo alvo, por vezes, de críticas e mal-entendidos. Dona Erocilda teve 17 filhos, os quais pariu em casa, sozinha. Ela era solicitada também, em um tempo não muito distante, a atender como parteira, não só de suas filhas e noras, mas chamada também por vizinhas. O grande número de filhos somado ao fato, comum em comunidades pobres e rurais, das mulheres terem filhos muito novas, resulta que nas últimas gerações algumas tias e tios consanguíneos serem mais novos que os sobrinhos, podendo esta situação ser observada inclusive entre as meninas do grupo de dança. Os relatos advindos de tais confusões lembram relato de Norbert Elias em “Os estabelecidos e os *outsiders*”:

Um jornalista local, nascido na “aldeia”, resumiu a impressão que tinha dela ao dizer: “Não se sabe quem é parente de quem. Eles são tantos que, embora eu tenha morado aqui a vida inteira, continuo a descobrir parentes. (ELIAS, 2000, p. 66)

A comparação se estende quando pensamos justamente que tais relatos provem principalmente de pessoas da cidade, que à semelhança do excerto, tem convivência “de uma vida” e ainda assim, não se estabelece um vínculo, devido a uma separação simbólica, necessário a compreensão das relações de parentesco. E dessa maneira a etnografia se coloca, enquanto possibilidade de uma aproximação tal, que permite desvendar os entremeios das relações assimétricas estabelecidas em diferentes instâncias da vida social.

## 6.1 – ESTAR EM CAMPO

Meu primeiro contato com o grupo aconteceu meses antes da definição do tema de minha pesquisa de conclusão de curso. Em uma conversa com Ananda, em meados de 2014, onde ela expunha o novo trabalho para o qual tinha sido chamada. Eram muitos relatos de surpresa e incompreensão, que perpassavam desde relações de parentesco, relatadas a ela, até o comportamento das adolescentes da comunidade remanescente de quilombo. Em meio aos relatos e à construção sobre um imaginário daquela remota comunidade “mal afamada”, e, no papel de “aprendiz de antropóloga”, tentei destrinchar os dados e ampliar a perspectiva de visão que ela estava tentando formar daquele grupo. Seguimos por vários dias retomando o assunto até minha partida. Em alguns meses voltei à cidade para fotografar o espetáculo de fim de ano da escola de dança de Ananda, no município de Espumoso (onde reside), cujo título era “O mundo de Gaia”. Logo que cheguei, ela disse: “As quilombolas vão participar! Representando os povos tradicionais e sua relação com a natureza.” Comemoramos! Os bastidores de um espetáculo final de ano de uma escola são sempre uma confusão, são muitas crianças confinadas em espaços pequenos até chegar “a sua vez” de dançar. Neste contexto, não consegui conhecer o grupo quando chegou com o transporte da prefeitura de Jacuizinho. Mas fui avisada qual era a parte que elas entrariam no palco e lá fiquei “a postos”. Fotografei todo o espetáculo, mas a apresentação do “tal” grupo Pérola Negra deixou uma forte impressão, pela força que transmitia. Ao longo dos meses seguintes, os imponderáveis da vida me impeliavam para a definição do tema de pesquisa para o trabalho de conclusão de curso, o contato com a Ananda e a constante troca de informações sobre este trabalho específico sempre me instigavam e alimentavam uma crescente pesquisa de minha parte para as questões da musicalidade, da dança dos povos negros no Brasil e dos meandros da sua trajetória no Rio Grande do Sul.

Jacuizinho é uma cidade situada no planalto médio do Rio Grande do Sul, centro norte do Estado. Tem uma população de 2.500 habitantes, segundo o censo de 2010, distribuída, na maior parte, entre as 16 comunidades rurais da região. Na primeira ida a Jacuizinho, acompanhei Ananda no dia em que ela foi dar aula para o grupo e chegando no local das aulas pela manhã conversei com seu João, então Secretário da Assistência Social, que além de ter desenvolvido trabalhos junto à comunidade quilombola, também tem laços com seus membros desde criança. Ele me relatou um pouco sobre as pessoas, a trajetória e os trabalhos que desenvolveu junto a eles. Durante a tarde, Ananda me levou para conhecer

Maria Veronica Costa Carvalho, Secretária de Educação Cultura e Desporto, na Prefeitura de Jacuizinho. Veronica foi muito receptiva, se colocou à disposição para o que precisasse na pesquisa, ressaltando que a comunidade precisava de ações que a ajudassem nas questões de resgate cultural. Me presenteou com um livro que havia sido lançado no ano anterior, no evento cultural da cidade. O livro relata a história de cada uma das comunidades rurais que dão origem e que formam o município. Na sequência, o ônibus escolar nos transportou, eu, Ananda, uma costureira que tiraria as medidas para a confecção dos figurinos para a próxima apresentação e Mara Vaz Textor, a coordenadora do projeto. O ônibus até os limites da comunidade, onde as meninas estavam esperando, e levou-nos todas até o salão onde eram realizadas as aulas. Chegando lá, a primeira discussão foi em torno de algumas opções de figurinos levadas por Mara e Ananda, para que elas escolhessem, foram muitas as discussões até chegarem em um consenso, que, por fim, se concluiu segundo as expectativas já acordadas previamente no ônibus por Mara e Ananda. Na sequência, me apresentei e expus o roteiro que havia elaborado para essa primeira apresentação a elas. Elas já estavam me esperando, Ananda já havia falado sobre mim e sobre os intencões da pesquisa e elas estavam ansiosas pelo encontro. Esse primeiro contato permeado por um certo constrangimento consequente da distância que nos separava, foi logo se desenrolando e a presença da câmera, filmando o ensaio, que objetivava a preparação para a apresentação que aconteceria no mês seguinte, ajudou de certa forma a uma positivação de minha imagem perante elas, no tocante que minha presença se mostrava, a partir do uso do equipamento, ao mesmo tempo imbuída de certa autoridade e também, consequentemente, lhes atribuía prestígio. Combinamos que no mês seguinte eu estaria lá para acompanhar e registrar a apresentação, que aconteceria no evento Noite Cultural de Jacuizinho, realizado pelo segundo ano consecutivo, reunindo apresentações dos diversos projetos artísticos desenvolvidos junto aos estudantes e também construídos em torno da temática das personalidades importantes desde a fundação da localidade, que só se emancipou enquanto município no ano de 2001. No ano anterior a temática do evento foram as histórias das comunidades rurais que formam o município, e foi palco de lançamento do livro que recebi de presente de Verônica, neste primeiro contato.

A segunda ida a Jacuizinho em julho, período de férias das aulas na UFRGS, me propiciou planejar uma permanência prolongada. A saída de Porto Alegre, no dia do evento cultural, coincidiu com o dia da última prova das cadeiras cursadas no semestre. A prova foi realizada pela manhã e, logo em seguida, parti de ônibus até Soledade, onde uma carona esperava para me levar até Jacuizinho. Cheguei algumas horas antes da apresentação,

diretamente no local do evento. Para minha surpresa fui recebida pelo grupo de meninas de forma calorosa, em um abraço coletivo! Estavam ansiosas esperando minha chegada. Erica de 8 anos, a mais nova integrante do grupo, sobrinha de Tatiana – a integrante mais velha –, me rodeou de perguntas e conversamos bastante. Não senti aquele momento como uma oportunidade para filmá-las, bem como em todos os outros momentos de descontração nos meses seguintes, pelo contrário, estes momentos representaram o tempo que precisávamos para nos conhecermos de fato e estreitar relações. Essas relações me permitiram de certo modo uma aproximação com a realidade delas, com seus anseios, relações e modo de ver o mundo. A ausência de imagens dos “intervalos” entre entrevistas, apresentações e ensaios das coreografias, ao longo da convivência, gera uma série de relatos e conversas e observações que não se dariam com a presença da câmera.

Minutos antes da apresentação, em uma área reservada para concentração de todos os bailarinos e o coral, que se apresentariam no evento, constituído basicamente de grupos de meninos e meninas, adolescentes e crianças, ouvi a conversa entre dois grupos, de meninas, um do coral e outro do grupo Pérola Negra, em que uma se dirigia para outra dizendo que gostaria muito de ser branca igual a uma terceira. Algumas outras se somaram à afirmativa. Enfim, chegou a hora das apresentações, depois de algumas horas de ter iniciado o evento e terem sido feitas homenagens a diversas personalidades da cidade e também alguns discursos. Apresentaram-se crianças que fazem parte das oficinas de gaita e violão, o coral e depois os grupos culturais juvenil, mirim e *baby class*, todos são ministrados por Ananda. Por último, para encerramento das atividades, apresentou-se o Grupo Pérola Negra, que foi ovacionado pela plateia formada também por muitos membros da comunidade quilombola.

O encontro seguinte, no dia 08 de julho de 2015, quarta-feira, dia que acontecem as aulas de dança do grupo, cheguei em Jacuizinho acompanhando Ananda neste dia em que ela ministra uma maratona de aulas de manhã até o fim da tarde, com todos os grupos da cidade. Ao chegarmos, no meio da primeira aula da manhã, a qual eu assistia enquanto organizava dados da pesquisa, houve interrupção e a solicitação de que comparecemos à prefeitura para falar com Veronica. Quando a encontramos explicitou que o motivo da conversa era o corte em verbas de todas as instancias da prefeitura e a consequente suspensão de todas as oficinas culturais e do transporte que levava até a área rural da comunidade daquele dia até o mês de agosto. Conversei desta vez mais profundamente com Verônica sobre a comunidade, que relatou alguns problemas quando questionada sobre sua relação



com a comunidade enquanto professora e atual Secretária de Cultura, relata que, através dos anos, houve muitos problemas de comportamento ocorrido com grupos de alunos da comunidade e ressalta a importância das oficinas no disciplinamento das meninas, no resgate de sua cultura que se perdeu. Com a notícia recebida e cheias de planos para o próximo encontro naquela tarde, eu e Ananda decidimos ir de carro até a comunidade e tentar achar um lugar por lá para conversarmos e para as meninas terem aula, o que era um pouco complicado, pois tinha chovido muito e a estrada de chão estava em péssimas condições.

Ao chegarmos perto da comunidade, lá estavam elas, esperando na chuva, embaixo de lonas e rapidamente decidiram entrar todas as sete no carro, após explicarmos o motivo da falta de ônibus e que não tínhamos as chaves do salão, porque a aula a princípio tinha sido cancelada. Elas insistiram que Tatiana, que morava em outro local e ia sempre de moto, já estaria esperando no local e poderia pegar as chaves com um responsável. Seguimos para o salão. Neste dia, na conversa com elas, elaboramos também uma espécie de cronograma, em que combinamos, meu acompanhamento nas apresentações e minha estadia por períodos de poucos dias na casa de uma das meninas do grupo, cujos pais estavam acostumados a receber, por vezes, agentes externos que iam geralmente, dar cursos na comunidade. Elas ensaiaram quatro das coreografias que haviam desenvolvido em dois anos de aulas. O objetivo foi se preparar para uma apresentação que combinamos, de forma autônoma, aconteceria na semana seguinte e que objetivava elas mostrarem seu trabalho para o público exclusivamente da comunidade. Muitos de seus familiares nunca tinham tido oportunidade de vê-las dançar. O encontro, por fim, devido ao tempo chuvoso e frio teve que acontecer no mesmo salão onde eram as aulas, distante três quilômetros da comunidade. Motivo que impediu a presença de muitas pessoas, mas que mobilizou e motivou outras tantas. Nesta oportunidade pude também filmar e observar outros trabalhos que elas haviam desenvolvidos antes do início da pesquisa, o que foi um dos motivos da ideia do encontro. O outro motivo foi ter oportunidade de me apresentar para os pais e familiares, informar e pedir consentimento para a realização da pesquisa de entrevistas e justificar minha estadia na comunidade, que se daria logo depois do encontro como tínhamos combinado previamente com os envolvidos.



*Figura 7- Observação participante: Pintando Paola. Foto: Samuel Pretto, 15/7/2015*

O trabalho de campo então se desenrolou em diversas vivências junto à comunidade e acompanhando as apresentações das meninas em diferentes ocasiões, somatório que proporciona bases para reflexões acerca da trajetória do grupo, enquanto comunidade, e apreensão das dinâmicas vividas e interpretadas em relação às categorias de memória e identidade que permeiam as relações entre diferentes atores neste processo. Desde a primeira conversa com Ananda e Veronica sobre o grupo, até as entrevistas gravadas com elas e com Mara, a recorrente expressão “A cultura delas” me chamou atenção, provocando certo incomodo antropológico: “Mas, a final, que cultura delas?” A expressão frequentemente vinha acompanhada da afirmação: “elas perderam a cultura delas.” O que revela o estereótipo em torno de uma cultura quilombola e que leva a nomear, com essa provocação, este trabalho que intenciona desvendar quais são, ao contrário, as significações presentes no grupo, que nos tensionamentos das relações com as diversas redes externas à comunidade e, enquanto núcleo de pertença a uma comunidade de significados, forja para si nesta dialética um meio de se posicionar.

Em minhas duas estadias na comunidade, com espaçamento de dois meses entre elas, contei com o acolhimento da família de Andréia, neta de Dona Erocilda e mãe de Paola uma das meninas que fazem parte do grupo de dança. Na casa residem Andreia, Sebastião, seu marido, Paola, de 15 anos, e o filho mais novo, João Victor, de 8 anos. Esta convivência me proporcionou para além das entrevistas e observações, uma primeira familiarização com a comunidade e com as redes de parentesco. Destas estadias, pretendo mencionar alguns fatos mais relevantes para o conjunto do trabalho. No primeiro dia de estadia, depois de ter largado

mochila e aparatos na casa de Andréia e enquanto o grupo de meninas me mostrava os espaços da comunidade, com ênfase em uma extensa ponte de madeira que atravessa o Rio Caixão (divisa do município de Tunas e Jacuizinho), uma das meninas vem correndo me informar que a “Vó” estava me esperando. Nos encaminhamos para a casa dela. Dona Erocilda, como veio me revelar bem mais adiante, nos nossos recorrentes encontros, gosta de ser chamada de “Fiínha”, ou “vó Fiínha”, apelido que acabei por adotar posteriormente, ao longo da nossa aproximação. Este nosso primeiro contato me revelou muitas coisas, ela se apresenta além de uma excelente narradora, disposta a dialogar sempre, contando suas histórias para quem vem de fora, também como alguém de muita perspicácia, que de forma direta e indireta, demonstra estar ciente das consequências das relações que estabelece. Ficou surpresa e feliz quando eu disse que tinha lido o livro sobre a comunidade, se referindo aos trabalhos de pesquisa desenvolvidos anteriormente, no período da elaboração do relatório socioantropológico, como o de Maria do Carmo Moreira Aguilar<sup>2</sup> e também o de Cristian Salaini.<sup>3</sup> Ao mencionar os trabalhos ela discorreu sobre como eram os tempos em que as equipes iam periodicamente até a comunidade, os almoços, os “causos”, e fez alguma confusão, entendendo que eu conhecia os pesquisadores mencionados e me fazendo perguntas em torno da vida atual deles. Me mostrou muitas fotos e seus relatos orbitam em torno da sua trajetória de luta e dificuldades, dos filhos que perdeu, do trabalho árduo em plantações e frigoríficos. Enfatizando duas características que, particularmente, me chamaram atenção: o fato de ser “ardentemente” católica, ela e sua família toda, e de expor o fato de ser analfabeta como um impedimento que a coloca sob menor importância que outras pessoas.

Eu já havia ouvido histórias de que além da comunidade não ter relação alguma com religião de matriz africana, também não tinham nenhum tipo de religião e não aceitavam as investidas que a igreja evangélica fazia em suas portas. Mas, nessa conversa, ela me revelou seu catolicismo, inclusive dizendo que tinha o sonho de ter uma igreja dentro da comunidade porque não tinha condições de ir até o centro para a missa e que sonho seria poder ter um padre e uma capelinha para rezar ali para os seus santos. Confirmou que as investidas de

---

<sup>2</sup> Famílias Negras no Planalto Médio do Rio Grande do Sul (1940-1960): Terra, migração e relações familiares. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em história. IFCH/UFRGS, 2012.

<sup>3</sup> A janela do relatório Técnico: Variabilidade, criatividade e reconhecimento social em contextos de periferia antropológica. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Antropologia Social. IFCH/UFRGS, 2012.

conversação dos evangélicos são constantes, ao que disse que respeita eles, mas que não muda sua fé de jeito nenhum.

Das relações estabelecidas durante a pesquisa, entre entrevistas e conversas surgem diversos relatos que não necessariamente tem relação com o tema pesquisado, mas que se estabelecem como uma ponte entre a pesquisadora recém-chegada e a trajetória da comunidade com seus múltiplos significados, que ora remetem à pertença e coesão do grupo e por vezes esclarecem a relação de diferença e oposição com o entorno. Esses relatos vêm a contribuir para estabelecermos em que termos podemos entender as relações entre esta comunidade, os agentes externos que atuam nela e as demais populações da região, relacionado com o significado atribuído pelo grupo de dança ao trabalho desenvolvido. Entre as filhas de dona Erocilda, tive mais contato e obtive alguns depoimentos de Fátima, mãe de Andréia, avó de Paola; de Querli, e de Quiléia, mãe de Carolina e Camila, duas meninas também participantes do grupo. Os relatos, na maioria das vezes, discorreram sobre suas experiências de infância, na escola, que frequentaram até os primeiros anos, e dos trabalhos que realizam ainda meninas.



Figura 8 - Conversa com as mulheres no acampamento.



Figura 9 - Entrevista com Dona Erocilda em sua casa. Ao lado. Querli com o neto.



Figuras 10 – Conversa com Dona Erocilda, com sua filha Fátima, e com as filhas dela Andreia e Adriana nos cantos esquerdo e direito.



Elas contam fazendo graça das histórias de brigas entre meninos na escola, Querli relata que alguns colegas, certa vez, deixaram um irmão seu pendurado em uma árvore depois de terem atirado suas roupas em cima do telhado da escola. Relata também quando trabalhava junto a irmã, ambas na faixa dos 10 ou 11 anos, em uma propriedade vizinha, em que “puxavam soja o dia todo, sem ganhar um tostão”, pernoitando muitas vezes, faziam também os trabalhos domésticos, e Dona Erocilda complementa que certa vez surpreendeu a situação delas serem impedidas de ir para escola para ficar trabalhando, e que desta vez as levou para casa. Sobre este “serviço”, contam também que passavam fome, pois os proprietários lhes davam de comer apenas uma fruta ou um pedaço de pão para dividirem. Esses relatos, que marcam as vivências de uma geração, a primeira a frequentar a escola, se entrecruzam com os de Tatiana, de 28 anos, e suas primas da mesma faixa etária, quando diz que a escola foi um dos lugares em que mais se deparou com a discriminação racial, que na época de escola, ela sentiu claramente a diferença de tratamento.



Figura 11. Entrevista com Tatiana no centro de Jacuizinho, em frente ao ginásio municipal. Atrás de Tatiana (brincando na praça) Emile, filha e também integrante do grupo.



Figura 12.. Da esquerda para a direita, Carolina, Andriele, Indiara, Shirlei, Vanessa, Camila (no chão) e Paola, entrevista na casa de Andréia.

“ os grandes que tem aqui, tentam dizer... aqueles lá, não servem pra tal coisa, não servem. Já digo assim na questão do meio político, que eu concorri, dei a minha cara a tapa, porque eu sempre to procurando uma forma de mostrar pro nosso município, principalmente pro nosso município, aqui, que a nossa comunidade tem muito valor. E que, pra servir pra trabalhar na casa dos rico, pra trabalhar pra eles, o negro serve. E pra outras coisas... pra trabalhar em cargo público no município não pode. Pra fazer uma faculdade no município não pode. Então eu tenho essa mágoa que o pessoal, a maioria da população de Jacuizinho tem esse preconceito(...) É aquele tabu que o direito nosso não existe, o direito pros negro já digo. ” Tatiana, entrevista em 02/09.

Mas fala que o sentimento de orgulho de sua negritude é muito forte e se manteve sempre presente a partir das histórias de sua avó, de seus pais e tias. Relata que ter participado de encontros como o Grito da Terra, em Santa Maria, em 2010, permitiu que tivesse contato

com oficinas de dança e capoeira e que essas vivências contribuíram para a conscientização de que é preciso lutar e crescer, fortificando os laços e lutando contra as discriminações. Isso lhe da motivação para seguir participando do grupo, mesmo que tenham desistido duas primas suas, que participavam no início, e têm a sua idade:

“...como eu digo assim, que a dança também é uma forma de tu mostrar pra população que tu não tem aquela vergonha de querer coisas melhores, né. Por que o que eu não tive eu quero que os outros, não só a minha filha, mas os outros, os filhos dos meus primos, dos meus irmãos tenham a chance de chegar onde a maioria da nossa população não conseguiu, eu tenho esse grande sonho.” Tatiana, entrevista em 02/09

Da geração seguinte fazem parte a maioria das meninas que estão no grupo Pérola Negra e ainda frequentam a escola. Enquanto os filhos mais velhos de Dona Erocilda completaram até, no máximo, o terceiro ano primário, os netos da idade de Tatiana, na maioria, não concluíram o ensino fundamental ou médio. Essa terceira geração de adolescentes me surpreendeu, na entrevista que fizemos, ao contar que por muito tempo os colegas de escola não sabiam que elas faziam parte da comunidade. O fato de suas mães, na maioria, terem casado com homens da região, descendentes de italianos e alemães, acarretou em uma geração muito mais miscigenada. Na entrevista, relatam que tinham vergonha de falar aos colegas e professores onde moravam, e que o grupo de dança e as apresentações na cidade revelaram isso, mas que, também, permitiram que elas pudessem se desfazer da vergonha e ter orgulho. Entretanto, relatam que algumas relações mudaram a partir disso:

“ (...) até com os colegas, até no ônibus, tinha uma guria que tipo, dois anos nós se dava super bem. Ia na catequese junto, almoçava na casa dela, até posava. Depois, tipo, ela andou falando de nós, porque nós morava aqui, porque nós era negra, porque nós era coisa e tal, hoje nós não se demo. ” Camila, entrevista em 17/07/15.

Então, perguntei sobre a motivação que as aulas e a participação no grupo de dança representava para elas. Paola respondeu:

“ É que a gente, dançando, a gente aprende muito mais, a gente aprende os passos, a gente aprende que aquilo veio das raízes da gente e que sempre foi dançado e a gente não conhecia e agora a gente ta conhecendo. E sair e mostrar o nosso trabalho, que a gente faz com a professora Ananda, é muito bom. A gente fica muito feliz.” Paola, entrevista 17/07.

Segundo Neusa Santos Souza:

Numa sociedade de classes onde os lugares de poder e tomadas de decisão são ocupados por brancos, o negro (...) lança mão de uma identidade calcada em emblemas brancos, na tentativa de ultrapassar os obstáculos advindos do fato de ter nascido negro. Essa identidade é contraditória: ao mesmo tempo que serve de aval para o ingresso nos lugares de prestígio e poder, o coloca em conflito com sua historicidade, dado que se vê obrigado a negar o passado e o presente: o passado no que concerne a tradição e a cultura negras e o presente, no que tange à experiência da discriminação racial. (SOUZA, 1983, p. 73)

Assim, podemos considerar que a formação do grupo representa para as meninas um instrumento que, legitimado pela sociedade local através do sucesso das apresentações, possibilita a construção de uma nova identidade, ou seja, que a partir da valorização de elementos que não mais façam parte das referências que tinham até ali, em que elas figuram às margens, e as fornece lugar central e não mais periférico na constituição de um outro emaranhado de símbolos culturais, lhes dá a possibilidade de ocupar um lugar no mundo onde possam se lançar a partir de referências próprias, que lhes concedem importância enquanto sujeitas. Ao contrário da intenção das “gestoras” do projeto, de algo que as fizesse resgatar uma cultura perdida, valorizar elementos que lhes seriam inatos, mas esquecidos, que gera frustrações - expressadas em relatos de que elas não aceitam algumas propostas, não se reconhecem, não se aceitam, querem o que é dos outros grupos e não da cultura delas.

- No entanto, se constituí enquanto um meio capaz de uma nova formulação em torno de si.

O negro brasileiro (...) não nega uma presumível identidade negra. Enquanto negro ele não possui uma identidade positiva a qual possa aceitar ou negar. No Brasil, nascer com a pele preta ou outros caracteres negroides e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial, não organiza por si só uma identidade negra(...) A construção de uma identidade negra exige como condição a contestação do modelo advindo das figuras primeiras, que o ensinam a ser uma caricatura do branco. Rompendo com esse modelo organiza as condições de possibilidade que lhe permitirão ter um rosto próprio. (SOUZA, 1983, p.77)

A contribuição de Neusa corrobora para pensarmos que a experiência lhes é incutida uma suposta identidade original, motiva-as a positivarem a experiência negativa que tinham em torno de suas características. Sendo um instrumento que lhes fornece a possibilidade de empoderamento em relação ao outro, não uma forma de aceitarem certas imposições limitadoras de uma identidade imposta, ela atua enquanto, como coloca Neusa, um instrumento capaz de ajudar a organizar as condições para construção do “próprio rosto”, de formular o fato de pertencerem a uma comunidade étnica como meio de autoafirmação, e da possibilidade de almejar chances que lhes pareciam negadas.

## 7. O GRUPO PÉROLA NEGRA DE JACUIZINHO-RS

Desde o ano de 2013, o município de Jacuizinho através da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto em parceria com a Assistência Social, mantém um projeto amplo que oferece oficinas para os estudantes dos ensinos primário e secundário de diversas escolas do município, que se interessem por estudar violão, gaita ou dança. Para as aulas de dança faz-se uma parceria entre a gestora de cultura Mara Vaz Textor e a professora de dança Ananda Paz. Alunos oriundos das escolas municipais e estadual formam então os grupos culturais juvenil e mirim e o balé, *baby class*, do município. No início do projeto, integrantes da comunidade quilombola, meninos e meninas, participavam junto aos seus colegas de escola em alguns desses grupos. Entretanto, com a finalidade de elaborar uma apresentação para o primeiro encontro das comunidades quilombolas da região, no segundo semestre de 2013, forma-se o grupo Pérola Negra. Inicialmente o grupo era composto por integrantes adultas da comunidade que, a partir de suas próprias experiências anteriores, em oficinas de dança afro, idealizam alguns pontos de partida e ensinam as mais novas. Mara, que também é professora de artes, de música e gestora nos demais grupos culturais do município, assume em seguida a coordenação das oficinas e a elaboração desta primeira apresentação.

A partir de 2014, assume o grupo a professora Ananda com as aulas de dança afro. Ananda desenvolve o trabalho das aulas a partir de conhecimentos e técnicas corporais de dança adquiridos na formação em balé clássico, dança contemporânea, flamenco, ritmo e musicalidade brasileira, não tendo conhecimentos específicos na pluralidade de ritmos e técnicas de dança e música afro e/ou afro-brasileiras. As aulas aconteciam, em um primeiro momento no ginásio municipal, mesmo local e dia das aulas dos outros grupos culturais da cidade. E, da mesma forma, depois, todos foram transferidos para uma academia em frente ao ginásio por possuir infraestrutura melhor, contando com piso mais adequado e espelhos, a academia passa a ser alugada pela prefeitura nos horários das aulas. Sete das dez integrantes que formam o grupo neste momento são meninas da comunidade quilombola com faixa etária de 11 a 15. Elas estudam na escola municipal que fica próxima ao centro, sendo levadas por transporte escolar todas as manhãs. As outras três não residem dentro da comunidade, mas em uma localidade rural próxima. As duas mais novas, crianças de 8 e 10 anos, são sobrinha e filha da integrante mais velha do grupo, que tem 28 anos, e faz parte do conselho da comunidade, representando os jovens. Nos dias de aula de dança as meninas do primeiro grupo permaneciam no centro da cidade desde a saída do colégio até o horário da



aula, em torno das 15h, sendo levadas de volta pelo transporte ao fim da aula, em torno das 16:30. Algumas questões em torno do comportamento das meninas durante as horas vagas, entre a saída do colégio até o início da aula, surgem neste período. As andanças delas pela pequena área central da cidade, bagunças e conversas foram denunciadas pela assistência social. Somadas ao fato de que ficavam sem almoço e sem se alimentar até o retorno para casa fizeram com que as aulas fossem primeiramente transferidas para dentro da comunidade, embaixo de um toldo, em área externa e chão batido, e depois para o salão paroquial da localidade de Novo Horizonte, a uma distância de três quilômetros da comunidade, onde o ônibus escolar passou a levar tanto a professora, desde o centro da cidade, como as meninas, da comunidade até o salão.



Figura 13. Salão paroquial na localidade Novo Horizonte. Jacuizinho/RS



Figura 14. Ensaio do grupo Pérola Negra no salão.

A transferência das aulas do centro para as proximidades da comunidade não foi a princípio, bem recebida pelo grupo, considerando que a interação social na cidade é um dos fatores que motivam ainda hoje a participação no grupo, devido ao fato de ser uma oportunidade para além do colégio de estarem fora do isolamento da comunidade quilombola. Entretanto, o grupo passa a fazer apresentações nos mais variados eventos da cidade, e também participa da apresentação de final de ano da escola de Ananda, em Espumoso, no final de 2014. Oportunidade em que tive o primeiro contato com o grupo. Para além destas atividades, nos meses em que estive desenvolvendo pesquisa junto à comunidade pude perceber que outro fator está influenciando também as relações existentes ali. Os incentivos crescentes em incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", gerou neste ano uma série de demandas em relação aos grupos de dança existentes nessas comunidades da região para

se apresentarem nas escolas e também em um ou outro evento de formação continuada de professores com a temática afro. Apesar disso, os cortes de verbas ocorridos em esferas públicas durante 2015, incorreram em uma nova mudança de local das aulas a partir de setembro, tanto deste grupo como dos demais, em consequência da falta de verba para o aluguel dos espaços. As aulas passaram a ocorrer em uma área externa da escola de ensino fundamental da localidade de Novo Horizonte, ao lado do salão paroquial, e o ônibus escolar para o transporte das meninas da comunidade até o colégio também foi suspenso, exigindo que elas façam o caminho de 3 quilômetros a pé. Fatos que geram um descontentamento por parte delas, ocasionando tensões nesta rede de relações.

## 7.1 – FIGURINO, COREOGRAFIAS E REPERTÓRIO

*“ É a diversidade que deve ser salva, não o conteúdo histórico que cada época lhe deu e que nenhuma poderia perpetuar para além de si mesma. E necessário, pois, encorajar as potencialidades secretas, despertar todas as vocações para a vida em comum que a história tem de reserva; é necessário também estar pronto para encarar sem surpresa, sem repugnância e sem revolta o que estas novas formas sociais de expressão poderão oferecer de desusado. A tolerância não é uma posição contemplativa dispensando indulgências ao que foi e ao que é. É uma atitude dinâmica, que consiste em prever, em compreender e em promover o que quer ser.*

Lévi-Strauss, 1976, p. 366

Na primeira ida a campo, dia 03 de junho de 2015, como mencionado em capítulo anterior, uma das questões a serem resolvidas no ensaio daquele dia consistia na escolha dos figurinos para a apresentação do mês seguinte, segue excerto do diário de campo:

(...)em seguida foi discutida a escolha do figurino para apresentação na noite cultural de Jacuizinho dia 3 de julho. As meninas queriam um vestido todo branco, curto, marcado na cintura, com decote **V** na frente e nas costas. Comunicadas de que a estampa seria geométrica, estilo africano, e observadas as outras opções que estavam impressas em um papel, imagens copiadas da internet, algumas de mulheres negras, outras da Cláudia Leite<sup>4</sup>, escolheram um outro modelo estampado, curto, com babados, decotado, frente única. Opção que foi rejeitada pela Mara, com a justificativa de mostrar demais o corpo, ter uma possível rejeição da comunidade e também de expor que “no corpo da Cláudia Leite é uma coisa, mas no corpo de pessoas comuns como nós e vocês?” Foi então comunicado que a costureira, Mara e Ananda, haviam chegado ao consenso de uma calça comprida e larga com abertura nas pernas e um colã justo no corpo frente única sem abertura na frente. Ambos na mesma estampa geométrica. Ananda explicou que a calça daria um efeito especial na coreografia dando um efeito de concha que se abre com os movimentos. Elas aceitaram. A polêmica continuou quando foi dito que seriam feitos também os turbantes, a ideia foi rejeitada a princípio, na sequência, as mediadoras falaram sobre a importância desses na composição do figurino e também de como era bonito. Elas aceitaram com exceção de uma menina que se sentiu incomodada com a decisão dizendo que ia ficar muito feio.

A questão do figurino e das músicas, conforme observado e relatado nas entrevistas com Ananda e Mara, em ocasiões posteriores a essa observação, sempre se constituíram como um campo de disputa. Explicados por ambas de forma diferente:

Esse trabalho, junto com Ananda é um trabalho intenso, porque elas são quilombolas, mas elas se espelham na cultura branca, como a gente tem os projetos de outros grupos daqui, nós temos que estar

---

<sup>4</sup> Cantora baiana de axé-music. Nacionalmente famosa e loira.

sempre mostrando que a cultura delas é bonita, a cultura delas é importante e elas estão ali porque elas fazem diferença, mas muitas querem dançar nos outros grupos, elas são quilombolas mas as vezes elas não se aceitam quilombolas(...) Mas elas tão entendendo melhor a cultura, porque elas são quilombolas mas a cultura delas estava meio que perdida, esquecida, e a gente ta então buscando essa renovação(...) O gosto musical delas não é de pai pra filho, elas acompanham a mídia, a modinha, o que ta tocando agora, e não é fácil tu colocar o tradicional, o que eles tem que aprender, e o que é da cultura deles. (entrevista com Mara, 04/09)



*Figura 15. Quiléia, mãe de Carol, colocando turbante em sua cabeça, antes da apresentação para a comunidade, dia 17/07.*

Sobre o mesmo tema Ananda expõe:

(...) na verdade elas não conhecem a cultura africana, nem a cultura afro-brasileira. Elas vivem dentro da cultura que foi imposta, elas não sabiam que elas eram negras, elas só sabiam que elas eram excluídas, que elas eram “as negrinhas lá do campo”, mas que elas eram afro(!), elas não sabiam. Então no início a gente tinha bastante divergência em escolher as músicas, a gente queria realmente mostrar a cultura delas através delas, através da descendência delas. E elas não aceitavam muito bem, então a primeira música que a gente escolheu juntas... o máximo que elas tinham de conhecimento um pouco era o samba, a Mara já tinha introduzido então um samba, Liberdade-liberdade(...) foi uma dança teatralizada. Na segunda etapa eu já estava lá e a gente escolheu uma música da moda. Shaquira(!), que faz uma representação de vários povos e um deles, o africano, elas aparentemente acharam o máximo, porque era da mídia, era isso que elas queriam, elas queriam aparecer! Como todo mundo (quer). Então, logo depois a gente já trabalhou músicas só batuque, só instrumental, com tambores, naquele início era impossível, então a gente tentou entrar num acordo, nem funk, como a mídia bombardeava no funk, elas queriam funk, funk é o que elas querem dançar, como todo jovem (...) e funk não era o que a gente queria mostrar(...)  
(entrevista com Ananda, 04/09)

Aqui, a concepção que Ananda expressa, se aproxima da teoria, formulada por Neusa Santos Souza, de Tornar-se negro (1983, p. 73). Na medida em que reconhece que elas passam a formular uma nova identidade em torno de si a partir da experiência, e também de uma conscientização política, em torno de elementos que se mostram capazes de retirá-las da condição marginalizada e de fornecerem subsídios para se apresentarem diante dos outros de forma confiante. Ou seja, quando diz que elas sabiam que eram as excluídas, ou as “negrinhas lá do campo” e que passam a se reconhecer como “afro”, ela expõe afro enquanto uma formulação política em torno da identidade. Para Souza:

Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração(...) A possibilidade de construir uma identidade negra é tarefa iminentemente política. (SOUZA, 1983, p. 73)

No entanto, as questões em torno das disputas referidas não se resumem a esses dois pontos em particular. O que se põem é que há também um dissenso entre o que cada um dos posicionamentos entende por cultura e as expectativas que se constroem em torno desse termo. Desde o início, o projeto se constrói a partir do propósito de um resgate cultural, a expectativa, podemos concluir a partir das entrevistas, é que houvesse uma identificação imediata e inata, por parte do grupo, dos elementos apresentados, devido a sua ascendência negra. A negação dos elementos é tomada então como uma negação de si, como rebeldia e principalmente como um querer o que é do outro, desconsiderando que elas também fazem parte da mesma coletividade do município. Enquanto que, as meninas em entrevista expressam a formulação de um reconhecimento político em torno do trabalho que desenvolvem no projeto, elas não se colocam enquanto sujeitas passivas, mas dizem “o trabalho que a gente faz com a professora”. Sobre ser quilombola, Camila e Andriele afirmam:

Nós podemos cultivar a cultura dos mais velhos. Nós podemos progredir como eles progrediram pra nos criar. (Camila, entrevista 17/07/15)

Muitos dos nossos colegas não sabiam que a gente morava aqui. E daí ficaram sabendo quando nós fizemos o grupo, a gente tinha vergonha de contar, mas agora a gente não sente mais tanta vergonha, agora a gente demonstra que é, não tem mais vergonha. Eu tinha vergonha, só que agora eu não tenho. (Andriele, entrevista 17/07/15)

O que o projeto traz a partir desses elementos – figurino, música, dança - são novas referências que permitem uma reformulação estética no olhar, a princípio elas achavam algumas roupas feias, não aceitavam as músicas, entretanto, a partir da insistência, que levam argumentos e referências de beleza reconhecidas por elas e, do momento que a coletividade do município passa a referir o reconhecimento do trabalho, elas reconhecem esses instrumentos enquanto portadores de legitimidade, que também as legitima em meio a essa coletividade, uma legitimação que contempla a diversidade, como nos traz Levi-Strauss (1976, p.24), mas, ainda assim, uma afirmação.

Ananda reflete, em outro momento da entrevista, que a preferência das meninas pela música funk poderia ser trabalhada com elas também, porque é uma das formas de resistência cultural negra, no entanto explica que direciona o trabalho para que seja valorizado pela coletividade do município, e que por ser uma cidade do interior, esse recorte não seria bem aceito, explica dessa forma também algumas escolhas em torno do figurino.

(...)um dos principais motivos que a gente evita, é elas não caírem na mesmice e também evitar que as pessoas achem que o grupo é vulgar, porque aqui no interior é essa a mentalidade, então a gente tem que contextualizar, porque senão não fica uma coisa cultural, apresentável. E principalmente elevar elas, elas precisam sentir respeito, sentir que as pessoas respeitam e admiram elas, resgatar essa autoestima também. (Ananda, entrevista em 4/9/15)

Ou seja, aqui fica marcado que um dos principais motivadores do projeto é a apresentação, o espetáculo, e que o trabalho se molda também conforme as capacidades de admiração e de aceitação do público. O que por diversos momentos foi expressado nas entrevistas, e observado por mim nas quatro apresentações que acompanhei em um intervalo de quatro meses, tem dado certo. Como relata Mara em outro momento,

Quando a gente faz um evento com todos os grupos elas se salientam, elas se sobressaem e o público geralmente vem pra assistir e ficam na expectativa delas, porque elas fazem a diferença, a cultura delas é diferente e se sobressaem sobre os outros grupos. (Mara, entrevista em 4/9/15)





*Figura 16. Apresentação de 7 de setembro, semana da Pátria, ginásio de Jacuizinho*



*Figura 17. Apresentação em Espumoso. 14/12/2014*

O sucesso das apresentações, a mobilidade e as relações sociais que elas representam ao grupo, compõem também os elementos que motivam as integrantes à participação. Estando ligados a aceitação e à rejeição dos elementos musicais e de figurino propostos.

## 7.2 - ESPETACULARIZAÇÃO DA CULTURA AFRO

*A diversidade das culturas humanas está atrás de nós, à nossa volta e à nossa frente. A única exigência que podemos fazer valer a seu respeito (exigência que cria para cada indivíduo deveres correspondentes) é que ela se realize sob formas em que cada uma seja uma contribuição para a maior generosidade das outras. ”*

Lévi-Strauss, 1976, p. 366

A idealização de uma suposta cultura quilombola vinculada a elementos da cultura negra popularizada no Brasil pode equivaler a vincular a imagem do gaúcho tipificado – de chapéu, bota e bombacha – a toda e qualquer pessoa nascida no Rio Grande do Sul. Afinal, o que seria uma cultura quilombola? Efetivamente o termo quilombola é (re) construído como um meio político de assegurar direitos às comunidades negras rurais e urbanas que mantiveram, a pesar de todas as adversidades e também por causa delas, laços que interligam as relações de parentesco e o território como formas indispensáveis de reprodução de seu modo de vida. É também um importante demarcador do movimento negro para marcar a resistência negra em face a toda sua trajetória de luta. Não apresentando necessariamente ligações com práticas culturais afro-brasileiras específicas de determinados espaços onde essas práticas surgem e se reproduzem, ou, as amplamente conhecidas e popularizadas pela indústria cultural.

A partir dessa reprodução, temos o processo de massificação cultural (ADORNO, 1995, p.151), que nos remete o conceito de indústria cultural, que castra a autonomia do indivíduo. O filósofo contrapõe os produtos da indústria cultural com o sentido de obra de arte autêntica e autônoma. A indústria cultural transforma a arte em comércio e lazer, a obra de arte, em todas as suas formas, perde todo o valor em meio a um universo de mercadorias padronizadas. O impacto dessa desvalorização é medido pelo fetichismo da mercadoria, onde o valor de troca prevalece sobre o valor de uso, ou seja, a qualidade se torna indiferente aos olhos de quem aprecia a arte. (SOBREIRA et.al. p. 4)

Não é objetivo deste capítulo explanar sobre os conceitos específicos em torno das questões complexas de indústria cultural ou massificação da cultura, entretanto abordar esses fatores torna-se necessário à medida que se fazem presentes nos desdobramentos das questões encontradas no campo de pesquisa. Não obstante, é importante refletir sobre as abordagens possíveis que orbitam em torno dos elementos culturais afro-brasileiros. Esse é



um dos pontos centrais das reflexões que se fizeram necessárias à elaboração deste trabalho. Não se pretende fazer uma crítica a popularização de tais elementos, pelo contrário. Mas refletir sobre a reprodução, gerada pelo senso comum, de que tais elementos são inatos em determinados locais. Abordar a cultura, a arte, e o patrimônio imaterial afro brasileiro, como a capoeira, significa entender a própria “cultura brasileira”<sup>5</sup>, uma vez que negros e negras compõe cinquenta e um por cento da população do país. Entretanto, essa abordagem deve ser uma ação amparada pelo conhecimento da diversidade, evitando generalizações ou tipificações que enquadram os sujeitos em determinados espaços, limitando suas potencialidades. De outro modo, através do conhecimento, é possível desmitificar as classificações e ampliar a perspectiva de visão.

Guy Débord em *Sociedade do Espetáculo* (1997) afirma que a alienação é algo que ultrapassa o aspecto psicológico individual e pode ser tomado como uma das facetas consequentes do capitalismo constituindo uma forma de dominação através da reificação da vida humana. Nesse sentido, podemos pensar aqui como um elemento tradicional, ritual e/ou sagrado pode, entrando no rolo compressor das dinâmicas da sociedade moderno-contemporânea, tornar-se comercial. Aqui é possível fazer uma digressão para se pensar na “cultura popular”. A cultura popular brasileira está intimamente ligada a elementos da cultura afro-brasileira. Elementos das culturas tradicionais são, originalmente, ligados a elementos religiosos, ritualísticos ou aos aspectos fundamentais da vida cotidiana - como a alimentação, moradia, divisão de tarefas, cuidado com as crianças, etc. Ou seja, os elementos da cultura não se constituem enquanto atividade de horas vagas, enquanto uma prática de lazer, mas estão fundamentados no cotidiano das atividades práticas e religiosas que estruturam a organização da vida social.

“Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação.” (SOBREIRA et.al. p. 13)

A apropriação desses elementos tradicionais pela cultura de massa os retira do âmbito da cultura popular e os lança como mercadoria, enquanto que na “sociedade do espetáculo”, na formulação de Débord (1997) essa mercadoria passa a ser espetáculo, imagem, passa a

---

<sup>5</sup> O conceito de cultura conforme expõe Laraia - foi definido pela primeira vez por Tylor que “tomado em seu sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.” – (LARAIA, 2003, p. 25)

ser a aparência. Ou seja, o valor das coisas passa do ser para o ter e deste para o parecer. A sociedade do espetáculo é então a sociedade das aparências.

O que procuro questionar a partir desta reflexão é a pura e simples exibição dos elementos culturais sem ligá-los à sua origem. Deste modo, somente reproduzindo aquilo que a indústria cultural já se apropriou e que dissemina enquanto mercadoria e imagem. Importante torna-se, portanto, que tais elementos sejam contextualizados, tanto quando inseridos em situações que têm relevância fundamental, como instrumentos de saber e de empoderamento, como no caso da conscientização das populações em situação de vulnerabilidade; como também de forma geral, como impulsionadores de mudanças estruturais necessárias.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, a partir das trocas presenciadas e vividas, e refletindo sobre a trajetória das comunidades negras rurais no Rio Grande do Sul, percebi alguns pontos que ligam a realidade desta comunidade às pautas que já figuram há décadas no movimento negro e que paulatinamente vêm sendo incorporadas às políticas públicas, na área da educação e de outras. Apesar de a aplicação dessas políticas serem, ainda, um direito a ser efetivado, Já se notam alguns efeitos, mesmo que de forma indireta. A formação do grupo de dança Pérola Negra, pode ser um desses efeitos. O contexto de sua formação, mesmo não sendo aplicação de uma política pública, torna-se possível devido à uma confluência de fatores que estão ligados ao direcionamento de um olhar diferenciado de múltiplas esferas para essas comunidades. Mesmo que tal ação devesse vir amparada por um suporte de conhecimentos específicos, que contemplassem as capacidades de potencializar as transformações necessárias as mudanças das relações sociais estabelecidas, de outra forma ela já surte impactos nessas complexidades.

Pude acompanhar e estabelecer relações com esse grupo de meninas e mulheres de forma a perceber que tais mudanças já estão em curso. Os mecanismos que lhes incentivam a uma ressignificação de memórias, identidades e vivências impulsionam a estabelecer uma nova forma de se relacionar com o mundo e com elas mesmas, ampliando as perspectivas de visão necessárias às transformações sociais. Contudo, ainda é importante ressaltar a importância da inclusão da temática de “História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil”<sup>6</sup> nas escolas e principalmente na formação e capacitação dos profissionais que atuam diretamente nas áreas sociais e educacionais. De forma a garantir a conscientização e o direito à preservação da identidade cultural e da memória, como estrutura dinâmica que se fragmenta e se reconstrói nas diferentes gerações. Bem como assegurar o embasamento das políticas que se articulam no âmbito das esferas federais, estaduais e municipais, nos movimentos sociais e ONG’s, no intento de promover o suprimento das demandas consequentes de séculos de opressão sofrida por essas comunidades, pela população negra no geral e, especificamente, pelas comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul.

---

<sup>6</sup> Excerto do Art. 26ª. Lei n 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T.W. Educação e Emancipação. In: ADORNO, T.W. Educação e Emancipação. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- AGUILAR, Maria Do Carmo Moreira. Famílias Negras no Planalto Médio do Rio Grande do Sul (1940-1960) – Terra migração e relações familiares. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em história-IFCH/UFRGS 2012. Orientação: Prof<sup>ª</sup>. Regina Weber.
- BHABHA, Homi. O Local da Cultura. Belo Horizonte: Editora da UFM, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1998.
- DEBORD, GUY. A Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto. 1997
- ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. Etnografia da duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas. - Porto Alegre: Marcavvisual, 2013.
- \_\_\_\_\_ Imagens do tempo nos meandros da memória: por uma etnografia da duração. Iluminuras, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 2-14, 2000.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. tradução de Renato da Silveira . - Salvador: Edufba, 2008. 194 p.
- FERNANDES, Florestan. A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada. IN: Ensaios de sociologia geral e aplicada. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1959(p.125-161).
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, 17<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra,. 1987.
- LARAIA, R. B. Cultura um Conceito Antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, C. “Raça e História” in Antropologia Estrutural II Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976, capítulo XVIII, pp 328-366
- PARÉ, Marilene Leal. OLIVEIRA, Luana Paré de. VELLOSO, Alessandra D’aqui. A educação para quilombolas: experiências de São Miguel dos Pretos em Restinga Seca (Rs) e da Comunidade Kalunga Do Engenho II (GO) Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 215-232, maio/ago. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

RUBERT, Rosane A. Comunidades negras no RS: o redesenho do mapa estadual. RS negro [recurso eletrônico]: cartografias sobre a produção do conhecimento, Porto Alegre, / organizadores Gilberto Ferreira da Silva, José Antônio dos Santos. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Edipucrs, disponível em 2009. 352 p.

SALAINI, C. A “janela” do relatório técnico: variabilidade, criatividade e reconhecimento social em contextos de perícia antropológica. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Antropologia Social. IFCH/UFRGS, 2012.

SILVA, Delma Josefa da. Educação quilombola: um direito a ser efetivado. Edição: Centro de Cultura Luiz Freire, Aldenice Teixeira; Instituto Sumaúma, Maria das Dores Barros. 2013. 24 p.

SOBREIRA, Geresa Cruz; OLIVEIRA, Marcelo Souza; ARGOLO, Adenilson de Andrade. A utilização da arte como instrumento de emancipação humana: projeto escola em cena. Publicação online:  
<http://www.increa.uneb.br/anais/increa5/e3/Marcelo%20Souza%20Oliveira.pdf>. Acessado em 30/11/2015.

SOUZA, Neusa Soares. Tornar-se negro: as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, 88 p

TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. RJ: Ed. UFRJ, 1994. 250 p

VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. História Oral, v. 15, n. 2, p. 125-139, jul.-dez. 2012